

Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni

**Luiz Felipe dos
Santos Narciso***

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.
v12i1315-346

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar as insurreições e a regência de Carlos Alberto, ocorridas no Piemonte entre março e abril de 1821, bem como a sua representação no poema *Marzo 1821* de Alessandro Manzoni. Esta análise terá como objetivo compreender como o escritor, considerado um dos maiores expoentes da literatura italiana, enxergou os movimentos e suas características e, depositou neles suas afeições tanto pessoais quanto patrióticas. Para conduzir este artigo, serão levados em consideração a literatura enquanto prática social (WILLIAMS, 1999), a ideia de providência divina (GHIRARDI, 2006; PARISI, 1999) e os novos paradigmas que o movimento romântico propôs para a literatura e a poesia (LESKI, 2017). Por meio da análise do poema, pode-se concluir que o escritor considerou os movimentos insurrecionais piemonteses como o primeiro passo para a realização do processo de unificação nacional.

Palavras-chave: Alessandro Manzoni; *Marzo 1821*; Movimentos Piemonteses; Piemonte.

*Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: lfelipesnarciso@gmail.com. Agradeço muitíssimo aos meus pais, familiares, amigos e mestres, que muito me ajudaram e continuam me ajudando neste caminho dos estudos sobre a História da Itália no Século XIX.

Considerações Iniciais

O período situado entre 1815 e 1821 foi marcado por grandes agitações na Península Itálica, sendo interessante destacar: os diferentes impactos do processo de Restauração no território, a anulação ou manutenção parcial dos legados do período napoleônico, a difusão do movimento romântico, a expansão das sociedades secretas e, por fim, os movimentos liberais e constitucionais do biênio 1820-1821, com destaque para os casos de Nápoles, de Palermo e do Piemonte.

No caso piemontês, a Restauração tendeu justamente à anulação do legado napoleônico em prol do retorno do absolutismo. No entanto, o contexto político do reino propiciava o contrário, à medida que ocorriam debates acerca da necessidade de implementar uma constituição tendo como horizontes os modelos francês, siciliano e espanhol e, a criação de um Conselho de Estado.

Em março de 1821, duas insurreições, em Alessandria e Turim, levaram à abdicação do rei Vítor Emanuel I e a um breve período de regência de seu sobrinho Carlos Alberto, que não só concedera a constituição, mas, também jurou-lhe lealdade, desagradando bastante o rei Carlos Félix, que declarou ilegítima a regência e solicitou a intervenção austríaca que além de reprimir os movimentos, permaneceria em Turim até setembro de 1823.

Neste contexto, o poeta e escritor romântico Alessandro Manzoni escreveu *Marzo 1821*, obra que narra o percurso que os soldados piemonteses fizeram para libertar todo o território italiano da dominação estrangeira, pondo em prática uma empreitada imbuída do ideal de providência divina, uma das características mais

Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni

marcantes das produções manzonianas, juntamente com a temática patriótica. Sabe-se que, no entanto, a guerra à Áustria não foi declarada, nem o poema foi publicado por conta do desmonte da regência de Carlos Alberto pelos austríacos e por Carlos Félix.

Nas páginas seguintes, buscar-se-á analisar os antecedentes dos movimentos insurrecionais, para explicar o porquê da ocorrência de tais movimentos, os próprios eventos piemonteses de março de 1821 e, o poema escrito por Alessandro Manzoni durante a Regência de Carlos Alberto, justamente para que se compreenda como o autor enxergou aquele movimento e reproduziu nele suas afeições e vontades pessoais.

O Piemonte Napoleônico

Durante os 18 anos de presença napoleônica na Península Itálica, a região do Piemonte foi incluída na esfera de dominação francesa. Tal dominação remonta logo ao início do avanço napoleônico pela península, no ano de 1796, quando as tropas francesas utilizaram-se dos territórios piemonteses para avançar pelo norte da Itália de modo a conquistar as possessões austríacas na Lombardia e, conseqüentemente atacar a Áustria.

As tropas piemontesas dispersas e mal equipadas não tardaram a ser derrotadas nas batalhas de Montenotte e Mondovì e, a Casa de Savoia¹ foi obrigada a assinar o Armistício de Cherasco estabelecendo, assim, a sua retirada da Primeira

¹Dinastia que possuía domínios que compreendiam possessões continentais, como boa parte dos territórios piemonteses acrescidos posteriormente da atual região da Ligúria e, insulares como a Sardenha.

Coligação, bem como o encerramento das hostilidades entre os sabaudos² e a República Francesa, além de estabelecer a concessão de fortalezas e a possibilidade do uso do território piemontês como passagem pelos franceses. Após o biênio 1799-1800, em decorrência das derrotas militares contra a Segunda Coligação e, conseqüentemente, do fim da experiência do triênio republicano³, os elementos conquista e exploração imperial superaram o elemento libertação (HOBSBAWM, 1977, p. 96), fazendo com que os territórios com alguma contigüidade em relação à França fossem anexados à República e, posteriormente, ao Império, como ocorreu, por exemplo, com os territórios que compreendiam o Piemonte, o Ducado de Parma, o Grão-ducado da Toscana e Roma, no caso da Península Itálica (NARCISO, 2021, p.164).

Aqueles reinos que não apresentavam tal contigüidade ou que despertaram interesses distintos tornaram-se Estados Vassallos ou Familiares, ou seja, foram Estados incluídos na esfera de influência francesa, mas não anexados à República ou ao Império, e postos sob o controle direto de parentes ou de homens da confiança de Napoleão, a exemplo do Reino da Itália (1805-1814) e do Reino de Nápoles (1806-1815). O primeiro dos reinos citados foi dominado diretamente por Napoleão, tendo ao seu lado o vice-rei Eugène de Beauharnais, e o segundo chefiado por seu irmão José Bonaparte e, posteriormente por Joaquim Murat, seu cunhado e homem de confiança (NARCISO, 2021, p.164).

²Relativo à Casa de Savoia.

³Período compreendido entre 1796 e 1799, marcado pelo estabelecimento de repúblicas que seguiam os mesmos princípios da República Francesa, as chamadas repúblicas irmãs. Dentre os principais exemplos de repúblicas estabelecidas na Península Itálica destacam-se: a República Cisalpina, a República Romana e a República *Partenopea* ou Napolitana.

Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni

A derrota na Batalha de Leipzig e a consequente invasão do Império Francês levaram à assinatura do Tratado de Fontainebleau, responsável por estabelecer o exílio napoleônico em Elba e assentar as bases para a Restauração, que seria consolidada alguns meses mais tarde no Congresso de Viena. Tal tratado possibilitou o retorno dos soberanos destronados ou dos novos soberanos aos seus domínios, como naturalmente também ocorrera com Vítor Emanuel I, que retornou a Turim em 20 de maio de 1814 (TALAMO, 2000, p.461). Convém ressaltar que, pouco menos de um mês antes, fora estabelecido um Conselho de Regência em Paris formado por boa parte daqueles que brevemente retornariam à cena política do reino recém-restaurado, a exemplo de Thaon de Revel, do Marquês de San Marzano e de Prospero Balbo; tal conselho não teve, no entanto, vida prática efetiva, já que pouco conseguiu fazer durante a transição do Piemonte Napoleônico para o Piemonte Sabauda (TALAMO, 2000, p.461), restando-lhe apenas acompanhar as questões e os desdobramentos da Restauração no reino.

Durante as reuniões do Congresso de Viena, o Estado sardo-piemontês foi representado pelo Marquês de San Marzano e os principais impactos geopolíticos das decisões deste congresso para o reino foram as seguintes: a incorporação da República de Gênova às possessões sabaudas, o retorno de territórios como Nice e Savoia, ratificado posteriormente pelos Tratados de Paris de maio de 1814 e novembro de 1815 e, o principal deles, o estabelecimento do Piemonte como uma espécie de neutralizador entre a França e a Áustria (DUGGAN, 2016, p.123; HOBBSAWM, 1977, p.120), criado com o intuito de impedir uma nova expansão

francesa, assim como ocorrera com a criação do Reino dos Países Baixos ao norte da França.

A Restauração no Piemonte

Conforme as atas do Congresso de Viena, o Reino do Piemonte-Sardenha fora o único Estado na Península Itálica que estava livre da dominação de uma potência estrangeira ou da Igreja Católica. No entanto, esta configuração não o tornara menos reacionário, já que o território sardo-piemontês presenciou a mais dura face do processo de Restauração (CORCIULO, 2011, p.2).

No âmbito administrativo, o recém-restaurado rei Vítor Emanuel I aboliu, por meio de um édito, todas as legislações implementadas durante o período francês, estabelecendo, inclusive, o retrocesso de dois a quatro graus nas patentes dos militares que estiveram a serviço do Império Napoleônico e o retorno apenas dos funcionários cujos nomes constassem no almanaque de 1798, conhecido como *Palmaverde* (LA RIVOLUZIONE..., s.d.). Vale ressaltar que algumas figuras que estiveram a serviço do Império conseguiram seguir suas trajetórias no novo governo, a exemplo do próprio Marquês de San Marzano, que atuara como representante napoleônico no Império Russo até tornar-se ministro plenipotenciário sabauda (LA RIVOLUZIONE..., s.d.).

Nos âmbitos social e cultural, os impactos da Restauração fizeram-se sentir tão expressivamente quanto na administração, por meio de medidas como o retorno da censura, dos tribunais excepcionais e inquisitoriais, dos direitos das primogenituras e da incumbência das Ordens Religiosas, sobretudo os jesuítas, atuarem na educação,

Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni

além do retorno das perseguições aos judeus e valdenses⁴. Nas universidades, os professores e altos funcionários suspeitos de jacobinismo foram expulsos, sendo o exemplo mais clássico o caso do cientista e advogado Amedeo Avogadro, renomado membro da Universidade de Turim (LA RIVOLUZIONE...,s.d.).

A Restauração na Península Itálica abriu precedentes para que os chefes de Estado recém-restaurados pudessem escolher entre a reação e a relativa conciliação com alguns decretos e legislações do Período Napoleônico, já que o total apagamento seria impossível. É pertinente retomar o caso do Reino das Duas Sicílias, onde o rei Fernando I escolheu manter determinadas medidas, como o fim da feudalidade em ambas as partes do reino, e conceder aos militares e nobres a possibilidade de conservarem seus títulos, patentes e posses, caso jurassem lealdade ao soberano conforme estabeleceram os Acordos de Casalanza (NARCISO, 2021, p.169-170). Em outros Estados, como no Piemonte-Sardenha e no Ducado de Módena, a condução dos processos de Restauração ocorreu de maneira diferente, visando aproximá-los dos ideais da reação e suprimir quaisquer resquícios dos ideais de liberdade (CORCIULO, 2011, p.2).

Embora a Restauração estivesse alcançando a sua face mais austera, não faltaram tentativas de se promover mudanças na estrutura institucional do reino, com o intuito principal de transformá-lo em uma monarquia consultiva e, até mesmo, constitucional (TALAMO, 2000, p.463). Neste contexto, convém destacar a figura de Prospero Balbo e a sua atuação em defesa da formação de um Conselho de Estado, algo que ocorrerá apenas em 1831, durante o reinado de Carlos Alberto. No caso das

⁴Termo que designa os seguidores de Pedro Valdo, praticantes de voto de pobreza e desapego aos bens materiais.

constituições, os debates orbitavam em torno de três modelos principais e mostravam-se cada vez mais infundáveis, acabando por dividir os liberais em tendências opostas.

Os Debates Constitucionais

Em meio a estas discussões acerca do texto constitucional a ser implementado, três modelos foram utilizados como referência: o siciliano, o francês e o espanhol ou gaditano (TALAMO, 2000, p.474). O primeiro foi implementado em 1812 durante a estadia da corte napolitana na Sicília. Sob forte influência britânica, apresentava uma organização institucional bicameral, formada pelas Câmaras dos Pares e dos Comuns. Também mantinha os poderes do rei, não o privando totalmente de suas prerrogativas, uma vez que lhe concedera a possibilidade de convocar e dissolver o parlamento. Estas características faziam com que a opção siciliana possuísse ampla aceitação por parte dos piemonteses pelo fato de não esvaziar os poderes reais, além de possuir o voto censitário e a tradição bicameral (NARCISO, 2021, p.176). Dentre os principais nomes do cenário político e cultural piemontês que defendiam uma constituição inspirada no exemplo siciliano estavam: Cesare e Prospero Balbo e, Santorre de Santarosa; este último desempenharia a função de Ministro da Guerra durante a regência de Carlos Alberto, em março de 1821.

O segundo refere-se à Carta de 1814, a chamada *Charte*, estabelecida pelo rei borbônico recém-restaurado Luís XVIII e, que também possuía um forte caráter moderado, evidente na presença do voto censitário e na tradição bicameral. O terceiro e último era justamente o modelo espanhol ou gaditano, baseado na

Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni

Constituição de Cádiz de 1812, considerado o exemplo mais democrático e liberal, já que trazia consigo a consolidação de princípios como a igualdade perante a lei, a separação de poderes, a defesa da liberdade religiosa, a liberdade de imprensa e, acima de tudo, a limitação dos poderes do rei à medida que transformava a monarquia absolutista em monarquia constitucional e submetia o soberano às decisões parlamentares.

Convém pontuar: mesmo que a preferência fosse pelos textos siciliano e francês, a constituição adotada no Piemonte durante os movimentos de 1821 foi justamente a Constituição Espanhola, assim como ocorrera anteriormente nos casos de Nápoles, Palermo e Portugal. Conforme apontado por Gonzalo Prida, a escolha do modelo espanhol decorre de algumas questões como o acirramento das tensões entre reação e revolução, a influência dos exemplos bem sucedidos ocorridos fora do Piemonte no biênio 1820-21 e, até mesmo, a projeção espanhola como sinônimo de luta contra o absolutismo e usurpação por parte uma potência estrangeira (PRIDA, 2012).

Para que se compreenda o porquê da projeção da Constituição de Cádiz na década de 1820, é necessário retomar o contexto imediatamente anterior ao processo de Restauração promovido pelo Congresso de Viena e pelo soberano restaurado Fernando VII. No âmbito da resistência espanhola à invasão napoleônica, foi promulgada pelas Cortes de Cádiz a Constituição de Cádiz, justamente em um momento em que a Espanha projetava-se como exemplo na dupla luta contra o absolutismo e contra a dominação estrangeira. Assim, o exemplo espanhol funcionava como um farol para a resistência, que os próprios italianos poderiam

seguir conforme afirmava Cesare Balbo (PRIDA, 2012, p.75). No início de 1820, graças à Revolução de Cádiz, a monarquia espanhola de Fernando VII teve seus poderes limitados pela constituição gaditana e, o exemplo bem sucedido desta experiência insurrecional brevemente espalhou-se por Portugal com a Revolução Liberal do Porto e, pela Península Itálica nos casos de Nápoles e Palermo; nestas três localidades foi adotado o texto constitucional espanhol⁵.

É conveniente pontuar também que os debates acerca do texto constitucional a ser adotado é um tema relativamente recente nas discussões historiográficas acerca dos movimentos de 1821 no Piemonte (GENTILE, 2021). Durante décadas, a historiografia analisara os eventos ocorridos entre março e abril de 1821 de uma forma separada e destacada dos demais movimentos ocorridos no biênio 1820-1821 e, quando passou a analisá-los de forma integrada, as discussões acerca da constituição foram ofuscadas por temas como a figura de Carlos Alberto ou a participação de setores da nobreza e da burguesia piemontesas nas sociedades secretas (GENTILE, 2021, p.49).

O Caminho para a insurreição

Conforme foi mencionado anteriormente, o acirramento das tensões entre reação e revolução era evidente. A exemplo do que acontecera no restante da Península Itálica, o Piemonte não fugiu à regra no que tange ao desenvolvimento das sociedades secretas diante do aparato repressivo, presenciando a difusão de algumas

⁵Convém ressaltar que o texto espanhol foi adotado nestas localidades mediante a elaboração de algumas alterações com o intuito de torná-lo condizente com as realidades locais, diferentes da realidade espanhola.

Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni

delas como a Carbonária, os Sublimes Mestres Perfeitos de Filippo Buonarotti e a *Federazione Italiana*.

Ainda que fosse mais difundida ao Sul, a Carbonária esteve presente e atuante em áreas como Turim, Gênova, Vercelli, Asti, Casale, Biella, Ivrea e Alessandria, defendendo ideais constitucionais e fazendo oposição ao Absolutismo ainda vigente nos Estados Sabaudos (LA RIVOLUZIONE...,s.d.). Os Sublimes Mestres Perfeitos, comandados por Filippo Buonarotti, estruturaram uma sociedade secreta baseada no gradualismo, ou seja, à medida que os membros fossem alcançando novos graus iriam conhecendo os objetivos da seita, sendo o alcance da liberdade e igualdade o primeiro deles, a república como objetivo intermediário e a abolição da propriedade privada como objetivo final (TALAMO, 2000; DUGGAN, 2016).

Convém pontuar que este mistério em relação aos planos e objetivos da seita contribuiu para que ela tenha tido pouca atuação efetiva, já que congregava em seu interior uma variedade de membros com pensamentos políticos e sociais distintos, unidos por um mínimo denominador comum, a luta contra o Absolutismo e, pouco conhecedores dos objetivos da seita. Nas palavras de Christopher Duggan:

O problema principal com as sociedades secretas foi a falta de unidade e clareza sobre o que esperavam seguir em termos práticos. A maioria dos seguidores de Buonarotti deve ter concordado que o primeiro passo deveria ser o estabelecimento de um governo constitucional;mas não era claro se isso significava a adoção da Constituição espanhola de 1812, ou algo mais conservador – a *Charte* francesa, por exemplo. (DUGGAN, 2016, p.127)

Com relevante atuação e expressiva expansão, destaca-se a *Federazione Italiana*, um grupo que reunia todos aqueles com tendências moderadas que

visassem à formação de uma monarquia constitucional que englobasse o Piemonte e a Lombardia e, fosse chefiada pela Casa de Savoia, e que utilizasse o texto constitucional siciliano ou francês como inspiração para uma constituição que pudesse futuramente ser utilizada pela Itália Unificada (FEDERAZIONE..., s.d.). Embora contasse com um grande número de adeptos, a *Federazione Italiana* não foi considerada uma sociedade secreta, já que não possuía uma rígida estrutura e organização internas, ao passo que permitia a participação de todos aqueles que possuíssem um ânimo italiano, nas palavras de Cesare Balbo (TALAMO, 2000, p. 467).

O clima no Piemonte no início do ano de 1821 já tendia a uma insurreição em virtude do acirramento entre reação e revolução (PRIDA, 2012). Diante deste clima, alertava-se para a necessidade de se conceder uma constituição antes que tal concessão viesse por meio da via insurrecional. Dentre os principais defensores desta via pacífica estão dois representantes diplomáticos estrangeiros: Eusébio de Bardají y Azara e o Duque Dalberg, representantes da Espanha e França, respectivamente, e dos seus modelos constitucionais (TALAMO, 2000, p.468).

No dia 11 de janeiro de 1821, ocorreu o Incidente no Teatro de Angennes, quando quatro estudantes usando barretes frígios⁶ foram reprimidos pelas forças policiais do reino tendo em seguida seus privilégios estudantis desrespeitados ao serem conduzidos para a prisão. Este episódio acabou por gerar um confronto entre estudantes e as forças repressivas, chefiadas por Thaon de Revel, no pátio da Universidade de Turim. Os confrontos tiveram como desfecho um grande número de

⁶ Gorro vermelho considerado um dos símbolos da Revolução Francesa e, conseqüentemente, símbolo dos ideais revolucionários.

Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni

feridos e o aumento das críticas ao regime sabaudo, que favorecera a atuação de forças de repressão (TALAMO, 2000, p.469-470).

Nos dias que se seguiram, aumentaram as atividades das sociedades secretas e a difusão de panfletos contendo os planos da insurreição que viria a ocorrer. Ao final de fevereiro, uma carruagem contendo tais planos foi interceptada e os mesmos foram conseqüentemente descobertos gerando as prisões de alguns nomes neles mencionados, como Ettore Perrone preso em 02 de março e o Príncipe Emanuele Dal Pozzo Della Cisterna dois dias mais tarde (GENTILE, 2021, p.33).

A insurreição começou em Alessandria entre os dias 09 e 10 de março de 1821, quando o Regimento *Dragoni del Re* e a Brigada Genova, chefiados por Guglielmo Ansaldi e Isidoro Palma, tomaram a cidade em defesa da constituição espanhola e da guerra contra a Áustria, reivindicações que ganharam corpo por meio da formação da Junta de Alessandria chefiada pelo próprio Guglielmo Ansaldi. Estes eventos ocorridos em Alessandria tiveram grande impacto no Conselho Real já que Vítor Emanuel I cogitara conceder uma constituição, baseada no modelo siciliano (TALAMO, 2000, p.474).

As intenções do rei e dos liberais, no entanto, foram frustradas graças às notícias trazidas do Congresso de Laybach⁷, pelo Marquês de San Marzano, e por uma nova insurreição, desta vez iniciada em Turim. Conforme decidido em Laybach, a Áustria interviria militarmente em Nápoles com o intuito de desmontar e esmagar o

⁷Congresso ocorrido em janeiro de 1821 do qual participaram os membros do Concerto Europeu e, os ministros plenipotenciários dos Estados Italianos. Neste congresso, ficou estabelecida a decisão de reprimir e desmobilizar a Monarquia Constitucional Parlamentar no Reino das Duas Sicílias por meio de uma intervenção austríaca.

levante iniciado em julho de 1820, que transformara a monarquia borbônica em uma monarquia constitucional parlamentar, além de mostrar-se ávida a reprimir qualquer insurreição que promovesse mudanças institucionais nos Estados da Península Itálica (NARCISO, 2021, p.174).

No dia 12 de março, o Regimento *Aosta*, liderado por Luigi Gambini, insurgiu-se em Turim em defesa da Constituição Espanhola (FRIGERIO, s.d.). Este acontecimento dividiu o Conselho Real entre os que defendiam a concessão de uma constituição, os partidários da repressão do movimento para o retorno à obediência e até mesmo aqueles que defendiam que o próprio Vítor Emanuel I liderasse os que lhe fossem leais para sufocar a insurreição (FRIGERIO, s.d.). Diante do temor de que a cidade fosse bombardeada, os representantes comunais, também chamados de *decurioni*, liderados por Giovanni Galvagno, foram até o rei e solicitaram que acatasse a vontade de seus súditos (TALAMO, 2000, p.476). Devido a este impasse gerado pelo temor de uma intervenção austríaca e pela insurreição em Turim, o rei Vítor Emanuel I decide abdicar a favor de seu irmão Carlos Félix, que estava impossibilitado de assumir por estar em Módena, fazendo com que o cargo de príncipe regente passasse para Carlos Alberto, o Príncipe de Carignano.

Carlos Alberto é indubitavelmente uma das figuras mais intrigantes não só deste movimento, mas de todo o período que antecede o início do processo de Unificação Italiana, por conta de suas posturas que alternaram entre a reação e a revolução. Entre 1821 e 1848, suas posturas variaram de forma pendular entre admirador do Liberalismo e expoente do Absolutismo. Até que em 1848, decidiu por

Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni

encarregar o Reino do Piemonte-Sardenha da liderança do processo de unificação nacional durante a Primeira Guerra de Independência Italiana, quando os sardo-piemonteses tentaram sem sucesso expulsar os austríacos da Lombardia. Segundo Pierangelo Gentile, a historiografia referente aos movimentos de 1821 centrou-se durante muito tempo na figura de Carlos Alberto, visando compreender a sua postura que variava entre Absolutismo e Liberalismo, enquanto buscava analisar como a Casa de Savoia paulatinamente tendera ao constitucionalismo (GENTILE, 2021, p.27).

Antes de fazer qualquer aprofundamento acerca da participação de Carlos Alberto como príncipe regente em março de 1821, convém pontuar alguns detalhes de sua vida até o momento em que fora alçado como um dos herdeiros do reino. Nascido em 1798, Carlos Alberto fora educado em Paris e em Genebra, durante o período napoleônico, impactando naturalmente a sua formação que fora pautada nos princípios revolucionários franceses (LA RIVOLUZIONE..., s.d.). Durante as reuniões do Congresso de Viena, tornou-se herdeiro do trono sardo-piemontês, já que nem Vítor Emanuel I, nem seu irmão Carlos Félix, tiveram filhos homens. Diante da tendência reacionária de Vítor Emanuel I, que expulsara da administração os funcionários jacobinos, a figura de Carlos Alberto emerge como mediadora entre os liberais e o soberano, por isso sua proximidade com os principais expoentes do liberalismo fizeram-no conhecer os planos de insurreição, apresentando por diversas vezes uma postura dúbia em relação a eles.

No dia 13 de março de 1821, Carlos Alberto aceita conceder a Constituição Espanhola, alertando que faria duas modificações principais no texto constitucional: a

manutenção das regras de sucessão vigentes no reino e a continuidade do catolicismo como religião oficial, somada à tolerância às práticas de outras religiões (GENTILE, 2021, p.40). No dia seguinte, o príncipe regente formou uma junta de governo, a Junta de Turim, formada por nomes como Ettore Perrone e o Príncipe della Cisterna, que haviam sido presos alguns dias antes, após a descoberta dos planos de insurreição. No dia 15 de março, os membros da junta juraram lealdade ao príncipe regente e, este, por sua vez, jurou lealdade ao texto constitucional que fora publicado no dia seguinte (GENTILE, 2021, p.42). Nos dias posteriores, destacaram-se algumas medidas como a criação de uma Guarda Nacional e a nomeação de Santorre di Santarosa para o cargo de ministro da Guerra (FRIGERIO, s.d.).

Os planos dos insurretos foram relativamente frustrados por Carlos Alberto, já que ele, consciente da fraqueza militar sardo-piemontesa, não declarou guerra à Áustria e nem atravessou o Ticino para iniciar a libertação da Lombardia, conforme previam os planos da *Federazione Italiana*. As populações lombardas ainda teriam que esperar, pelo menos até 1848, para que o Piemonte-Sardenha declarasse guerra à Áustria e tentasse libertar a Lombardia. Convém ressaltar, no entanto, que diante das expectativas, alguns estudantes de Pavia migraram para Alessandria, onde a junta de postura mais radical defendia um conflito imediato contra a Áustria (FRIGERIO, s.d.).

A experiência constitucional começou a ruir quando Carlos Félix recebeu a notícia dos acontecimentos e rapidamente declarou ilegítimos os feitos desta regência. Em seguida, ordenou que Carlos Alberto fugisse imediatamente para Novara, o que ocorreu na madrugada do dia 21 para o dia 22 de março e, logo no dia

Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni

24, o príncipe regente abdicou da regência e declarou sua fidelidade ao rei Carlos Félix, que lhe exigiu um novo deslocamento, desta vez para a Toscana onde permaneceria até 1823. Além de deslegitimar as ações da regência, Carlos Félix solicitou uma intervenção austríaca, que foi realizada logo no início de abril. A ida de Carlos Alberto para Novara e a consequente abdicação causou uma dispersão dos liberais, os poucos que restaram foram mobilizados por Santarosa e, posteriormente derrotados pelos austríacos na Batalha de Novara. Com a vitória austríaca, brevemente Alessandria rendeu-se e a Junta de Turim dissolveu-se, o que possibilitou a entrada dos austríacos na cidade no dia 10 de abril de 1821 (TALAMO, 2000, p.477).

Os meses posteriores foram marcados pela repressão e pela punição aos que participaram do movimento. O Piemonte foi vítima de uma ocupação austríaca que durou de julho de 1821 até setembro de 1823. O rei Carlos Félix, por sua vez, decidiu conceder uma anistia que excluía todos aqueles que difundiram panfletos, participaram da *Federazione Italiana* ou que participaram ativamente do movimento, desde as conspirações até as juntas de governo. Com isso, alguns personagens como Guglielmo Ansaldi, Isidoro Palma, Luigi Gambini, Vittorio Ferrero, Ettore Perrone, Emanuele Dal Pozzo Della Cisterna e, Santorre di Santarosa foram condenados à morte, mas escaparam da condenação buscando o exílio (FRIGERIO, s.d.).

Quanto a Carlos Alberto, as preocupações acerca de sua lealdade ao absolutismo foram pauta do Congresso de Verona, ocorrido em 1822. Neste congresso, cogitou-se retirar seu nome da linha de sucessão ao trono sardo-piemontês a favor do jovem Vítor Emanuel II, futuro rei da Itália unificada, mas diante do impasse a situação ficara em aberto (CONGRESSO..., s.d.). No ano seguinte,

Carlos Alberto obteve a permissão para participar da intervenção realizada na Espanha, com o intuito de derrubar o regime constitucional estabelecido em 1820 e, assim, pôde retomar a confiança de Carlos Félix e do Príncipe Metternich, retornando a Turim em 1824 e, tornando-se rei sete anos mais tarde, desta vez defendendo o Absolutismo.

Marzo 1821: Os Eventos Vistos por Alessandro Manzoni

Como um homem de seu tempo, Alessandro Manzoni presenciou os eventos ocorridos entre março e abril de 1821, no Piemonte, e compartilhou das esperanças de que os exércitos atravessassem o Ticino e libertassem a Lombardia da dominação austríaca, conforme ficou evidente no poema *Marzo 1821*, que será analisado adiante. Manzoni é considerado um dos maiores expoentes da literatura italiana, e certamente o maior representante do Romantismo Italiano, antes mesmo do nascimento da Itália como Estado unificado.

Manzoni nasceu em Milão no ano de 1785, filho de Giulia Beccaria e Pietro Manzoni (GHIRARDI, 2006, p.211) e, e assim como boa parte da intelectualidade de sua época recebera uma educação norteadada pelos princípios de liberdade evocados pela Revolução Francesa (SQUAROTTI & GENGHINI, 2011, p.621), ainda que não deixasse de expressar sua decepção com os rumos que a revolução havia tomado durante o processo, sobretudo no que concerne ao chamado Período do Terror e às futuras expropriações sofridas pela Península Itálica durante os anos de ocupação napoleônica.

Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni

A situação da Península Itálica e a temática religiosa foram temas centrais de suas obras desde os mais simples poemas até *I Promessi Sposi*⁸ (1840/1842), seu principal livro e o primeiro romance histórico da língua italiana. Por volta de 1810, Manzoni converteu-se ao catolicismo por influência de sua esposa Henriqueta Blondel (ALESSANDRO..., s.d.). Esta conversão desempenhou papel importante na sua produção, já que a temática católica passara a ocupar uma posição central, como no caso dos *Inni Sacri*, escritos entre 1812 e 1827, uma série de poemas sobre as festas do calendário litúrgico católico, como o Natal e a Páscoa. No bojo destas produções com temática católica, Manzoni conferia uma atenção especial à ideia de providência divina, um auxílio de Deus aos justos e oprimidos, algo que também estará presente nas suas produções cívicas ou patrióticas, conforme será desenvolvido mais adiante. (GHIRARDI, 2006; PARISI, 1999).

Para além de suas obras com temática católica, a produção manzoniana também se destaca pelo patriotismo. Logo após o Congresso de Viena, é publicado o artigo *Sulla maniera e l'utilità delle traduzioni*⁹ por Madame de Staël, considerado o marco inaugural do Romantismo Italiano (LESKI, 2017, p.7), um marco que carrega consigo alguma carga de contradição, já que fora publicado num periódico considerado filo-austríaco, *La Biblioteca Italiana*. Em linhas gerais, o movimento romântico na Península Itálica pode ser caracterizado pelo seu patriotismo, pelo desejo de expulsarem os invasores estrangeiros e realizar o sonho de uma Itália unida, pelo apego à História e ao catolicismo e, pela oposição ao classicismo, o que

⁸ Traduzida para o português como *Os Noivos*; narra a história de Renzo e Lucia, um casal de noivos que enfrenta momentos atribulados tendo como pano de fundo a história de Milão do século XVII, durante a dominação espanhola.

⁹ Tradução para o Português: *Sobre a maneira e a utilidade das traduções*.

acabaria por gerar uma disputa com contornos políticos, marcada pela aproximação do termo romântico com liberais e patriotas ao passo que os clássicos foram associados aos conservadores e filo-austríacos.

Acerca da disputa entre clássicos e românticos, suscitada pela difusão do movimento romântico italiano, convém pontuar que ela ocorreu devido ao enraizamento da tradição clássica na Península Itálica. Desde os tempos do Renascimento Cultural, as regras formais para a produção artística ainda continuavam vigentes em todo aquele território e, tal produção permanecia praticamente restrita às obras autóctones, com pouco, ou quase nenhum contato com aquilo que tinha de mais inovador vindo do restante do continente. O movimento romântico italiano propunha-se a promover uma mudança de paradigma (LESKI, 2017, p. 127) visando à inovação e, não ao rompimento com a tradição clássica, uma vez que seria impossível fazê-lo. Porém, ainda assim, as propostas de inovação foram mal vistas pelos partidários do Classicismo, o que acabou por agravar ainda mais a querela.

Inserido nesta proposta de mudança de paradigma, o movimento romântico italiano pensou uma nova função para a poesia. De acordo com os parâmetros clássicos, a poesia deveria estar adequada às exigências métricas e ter sua temática voltada para a Mitologia; tais parâmetros permaneciam em voga em pleno século XIX (LESKI, 2017, p.138) e, passaram a ser questionados pelos românticos, que os consideravam anacrônicos (LESKI, 2017, p.151). Graças à mudança de paradigma, a poesia deveria portar os anseios e as vontades de um povo bem como tratar de

Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni

temas que lhe fossem pertinentes, como a História, ou seja, estar mais próxima do público coevo (LESKI, 2017, p.134) e, não mais permanecer enraizada nas temáticas e na rigidez métrica características dos classicistas.

Entre os dias 15 e 17 de março de 1821, o êxtase gerado pela adoção da Constituição Espanhola no Piemonte fez com que Alessandro Manzoni escrevesse o poema *Marzo 1821*. Neste poema, é relatado o percurso que o exército piemontês fez para libertar a Lombardia da dominação austríaca e seguir o seu plano de promover a unificação da península através da expulsão dos estrangeiros, algo que já estaria por vir graças à providência divina. No entanto, a anulação da constituição, seguida do desmonte do movimento pelas tropas austríacas e por Carlos Félix fizeram com que o escritor atrasasse a publicação do poema por pelo menos 27 anos, sendo publicado apenas em 1848, durante os chamados *Cinco Dias de Milão*¹⁰ (LANGELLA, 2010, p.8).

Partindo para a análise do poema, o autor inicia dedicando-o à memória de Theodor Koerner, um poeta alemão que morreria durante a Batalha de Leipzig, em 1813¹¹, convocando todos a lutarem em prol da libertação de sua pátria do jugo tirânico e opressor de uma potência estrangeira. Algo que ocorreu também com muitos poetas e intelectuais italianos durante o processo de Unificação Italiana, pois o engajamento daqueles nos campos de batalha foi bastante destacado (FRANCESCO, 2010, p.34). Um exemplo de intelectual italiano que morreu no campo de batalha, ainda que não tenha sido na Península Itálica, foi Santorre di Santarosa, ministro da

¹⁰ Nome pelo qual ficaram conhecidos os cinco dias de enfrentamentos entre austríacos e milaneses, entre 18 e 22 de março de 1848, que resultaram na retirada austríaca.

¹¹ Alla Illustrre Memoria di Teodoro Koerner poeta e soldato della indipendenza germanica morto sul campo di Lipsia il giorno XVIII d'ottobre MDCCCXIII che nome caro a tutti i popoli combattono per difendere e riconquistare una patria (MANZONI, 1973).

guerra durante a regência de Carlos Alberto, morto enquanto lutava pela independência grega, em 1825 (SANTORRE..., s.d.).

Manzoni inicia o poema apontando que os soldados piemonteses atravessariam o Ticino, rio que marcava a fronteira entre os antigos reinos do Piemonte-Sardenha e Lombardo-Vêneto, com o intuito de iniciar o conflito com a Áustria, que seria responsável pela concretização da libertação não apenas da Lombardia, mas de toda a Península Itálica. A travessia do Ticino seria o marco inicial do conflito, conforme fora planejado pela *Federazione Italiana*, que, no entanto, não chegou a ocorrer, pois Carlos Alberto, consciente da fraqueza militar de seu reino, não declarou guerra à Áustria. Nas palavras de Manzoni:

Detidos sobre a margem árida,
Com olhares voltados para a travessia do Ticino,
todos absorvidos pelo novo destino,
certos de coração na antiga virtude
juraram: que esta onda não
flua mais entre duas costas estrangeiras:
não haverá lugares onde surjam barreiras
entre a Itália e a Itália, nunca mais!
(MANZONI, 1973, v.1-8, tradução própria)¹²

¹² Soffermati sull'arida sponda/ Volti i guardi al varcato Ticino/ tutti assorti nel nuovo destino/ certi in cor dell'antica virtù/ han giurato: non fia che quest'onda/ scorra più tra due rive straniere:/ non fia loco ove sorgano barriere/ tra l'Italia e l'italia mai più.

Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni

Tanto a travessia quanto o posterior conflito estariam respaldados por um pacto de união promovido pelos soldados, com o intuito de permanecerem unidos até obterem tanto a libertação quanto a unificação da Península Itálica. Sobre a construção deste pacto de união, convém apontar que Manzoni compartilhava da mesma ideia dos principais agentes políticos do *Risorgimento*, o que faz com que isto naturalmente esteja refletido em suas obras.

O *Risorgimento* é o nome pelo qual ficou conhecido todo o processo complexo que levou à construção da Itália como Estado Unificado¹³. Este era baseado em três elementos principais: a liberdade, a independência e a unidade (LANGELLA, 2010, p.8). Manzoni, assim como os demais agentes deste processo, acreditava que a liberdade era o principal elemento dentre os três, pois o alcance dela significaria o alcance dos outros dois (LANGELLA, 2010, p.8); assim, era necessário combater o principal inimigo que impedia a garantia da liberdade, a conquista da Independência e a obtenção da unidade: o Império Austríaco.

Todavia, a força militar do Império Austríaco diante dos soldados piemonteses era notória, por isso, era necessário que estes estivessem de algum modo, unidos. Assim, a realização de um pacto de união entre os combatentes seria imprescindível para a consecução de seus objetivos, mesmo que isto lhes custasse suas vidas. A importância do pacto de união fica evidente de maneira mais destacada na seguinte estrofe:

¹³ Sobre este longo e complexo processo cuja principal consequência foi a consolidação da Unificação Italiana, ver: BANTI, Alberto Mario. **Il Risorgimento Italiano**. Roma e Bari: Laterza, 2011; DUGGAN, Christopher. **História Concisa da Itália**. São Paulo: Edipro, 2016; SMITH, Denis Mack. **Il Risorgimento Italiano**. Roma e Bari: Laterza, 1999.

[...] um povo que liberte a todos,
ou que servirá entre os Alpes e o mar;
unido pelos braços, pela língua, pelo altar
pelas memórias, pelo sangue e pelo coração.
(MANZONI, 1973, v.29-32, tradução própria)¹⁴

Outro elemento característico das obras manzonianas é o tema da providência, o qual naturalmente pode ser encontrado neste poema. Antes de analisar especificamente a sua presença no poema, convém discorrer teoricamente sobre este conceito e suas múltiplas aplicações (GHIRARDI, 2006; PARISI, 1999). O pesquisador italiano Luciano Parisi aponta em seu texto *Il Tema della Provvidenza in Manzoni* que analisar o conceito de providência na literatura manzoniana não é uma tarefa fácil, pois este conceito além de apresentar diversas concepções, não apresenta discussões entre elas, mas sim pressuposições (1999, p.83).

O conceito de providência utilizado por Alessandro Manzoni em suas obras foi influenciado pelas concepções de dois filósofos do século XVII, Bossuet e Vico (PARISI, 1999) e, ganhou destaque na própria trajetória pessoal do escritor quando este se converteu ao catolicismo, conforme fora explicado anteriormente, e se aproximou do *jansenismo*, uma doutrina que, por sua vez, se aproximava do calvinismo, sobretudo de ideia de salvação pela predestinação (GHIRARDI, 2006, p.212).

¹⁴ [...] una gente che libera tutta/ o fia serva tra l'Alpe ed il mare/ una d'arme, di lingua, d'altare/ di memorie, di sangue e di cor.

Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni

A Providência corresponde à intervenção divina que ocorre em determinadas ocasiões com o intuito de dar significado e concatenar acontecimentos (PARISI, 1999, p.84). No entanto, muito se discute sobre o grau de participação divina nestas ocasiões, não é consensual se esta participação ocorre por meio de uma simples influência ou de uma intervenção direta, nem se ela é solicitada ou manifestada apenas pela vontade divina (PARISI, 1999, p.84).

Tanto Parisi quanto Ghirardi apontam que as dimensões da providência são diversas, pois ela serve como meio para se obter diversas finalidades (PARISI, 1999; GHIRADI, 2006). Dentre as principais destacam-se: a redenção, o aprendizado, a recompensa aos justos e bondosos, a purificação, a punição e, a autodeterminação dos povos. Como pode ser visto em um dos trechos do poema:

Ó estrangeiros, em sua herança
a Itália retorna e, o seu povo retoma;
Ó estrangeiros, arranquem as tendas
de uma terra que não vos é mãe.
Não veem que tudo está abalado,
Do Cenisio ao penhasco de Scilla?
Não sentem a hesitação traiçoeira
sob o peso de bárbaros pés?
[...] Deus rejeita a força estrangeira;
que todo povo seja livre e pereça
da espada a razão iníquia.

(MANZONI, 1973, v.41-56, tradução própria)¹⁵

Na citação acima, é perceptível que o autor evoca a providência divina para fazer com que os austríacos tomem consciência de sua condição de invasores nas terras que correspondem à Itália e assim abandonem-na, para que os soldados piemonteses possam concretizar o seu intuito de libertar e, posteriormente, unificar a Península Itálica sob o cetro da Casa dos Savoia. Pode-se afirmar então, com base na discussão apresentada por Luciano Parisi e Pedro Ghirardi, que, neste trecho, a providência é utilizada para defender principalmente a autodeterminação dos povos, mas apresenta em segundo plano uma nuance que pode ser considerada pedagógica, pois se espera que, por meio dela, os austríacos percebam a sua condição de invasores.

Na última estrofe do poema, Manzoni reforça a necessidade da união e do engajamento dos italianos na luta pela sua libertação por meio de uma estratégia bastante interessante, o apelo ao sentimentalismo e à afetividade, característicos do Romantismo de uma forma geral. O autor descreve que será motivo de entristecimento para um italiano não ver a vitória na campanha pela libertação, representada pela bandeira italiana. A ausência de um italiano em um momento de suma importância como este é motivo de lamento. Nas palavras do autor:

Oh dias do nosso resgate!

Oh entristecido para sempre ele

¹⁵O stranieri, nel proprio retaggio/ torna Italia e, il suo popolo riprende / O stranieri, strappate le tende/ da una terra che madre non v'è/ Non vedete che tutta si scote/ dal Cenisio alla balza di Scilla/ non sentite che infida vacilla/ sotto il peso de' barbari piè ?/ Dio rigetta la forza straniera/ ogni gente sia libera, e pera/ dalla spada l'iniqua ragion

Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni

que de longe, pelas bocas de outros,
como um homem estrangeiro, as escutará!
que para seus filhos, dizendo-lhes um dia
terá que dizer suspirando: eu não estava lá!
que não terá saudado naquele dia a santa bandeira vencedora.
(MANZONI, 1973, v.97-104, tradução própria)¹⁶

Antes de finalizar a análise do poema, convém pontuar que a literatura é uma prática social e, como tal, acaba por expressar e refletir não só a classe social bem como as afeições pessoais de quem a pratica, ou seja, do escritor (WILLIAMS, 1999, p. 148). No caso de Alessandro Manzoni, seu poema reflete suas afeições pessoais tanto patrióticas, a libertação da Itália, quanto religiosas, a providência divina e, deve ser inserido no contexto de mudança de paradigma que o movimento romântico propunha para a península. Uma delas era um novo papel para a poesia, que passa a ser considerada a devida portadora das vontades de um povo e, ao poeta é incumbida a tarefa de ser seu porta voz.

Ao se analisar qualquer obra literária, é conveniente que se parta da premissa de que ela apresentará um conteúdo ficcional (CARDOSO, 1985, p.161), pois qualquer obra de arte pode ser considerada, antes de tudo, uma ficção (CARDOSO, 1985, p.167). No poema *Marzo 1821*, o conteúdo ficcional encontra-se posto no percurso de libertação que os soldados piemonteses fizeram para livrar a península da dominação estrangeira. Ainda que este percurso não tenha ocorrido, pelos motivos mencionados

¹⁶Oh giornate del nostro riscatto/ Oh dolente per sempre colui/ che da lunge, dal labbro d'altrui/ come un uomo straniero, le udrà!/ che a' suoi figli, narrandole un giorno/ dovrà dir sospirando: io non c'era/ che la santa vittrice bandiera/ salutata quel dì non avrà.

nas páginas anteriores, convém analisar o elemento ficcional não como uma oposição à verdade, mas sim como uma expressão das afeições do poeta e do povo, visto que a contemplação das vontades deste último era o objetivo das mudanças que a poesia estava trilhando.

Ademais, pode-se afirmar que o poeta utiliza-se de sua obra para, ao mesmo tempo, produzir uma representação do movimento e, inserir nela os seus interesses e aflições particulares, assumindo para si a função de porta voz dos mesmos interesses e das mesmas aflições que o povo, de modo geral, compartilhava naquele contexto.

Considerações Finais

A análise da representação dos movimentos piemonteses de 1821 no poema *Marzo 1821* requer uma combinação da abordagem da literatura como prática social, da importância do conteúdo ficcional para a prática literária e da inserção da obra no movimento literário correspondente, ou seja, o Romantismo.

Com a difusão do movimento romântico italiano, foi proposta uma nova forma de se pensar a função da poesia visando aproximá-la daquele que a consumia, o povo, e com o intuito de promover a aproximação, o poeta, que também compartilhava dos anseios de libertação da península, age como porta voz por meio da utilização de um conteúdo ficcional para representar, ao mesmo tempo, o movimento piemontês e as suas afeições e interesses pessoais em relação a ele, que não destoavam daqueles defendidos por um intelectual e patriota de seu tempo, ou seja, libertar a península da dominação estrangeira e promover a sua unificação.

Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni

Em síntese, pode-se inferir que Alessandro Manzoni enxergou o movimento, e representou-o, como o início do processo de libertação da Península Itálica do jugo estrangeiro para a posterior concretização da Unificação Italiana. Estas duas empreitadas seriam possibilitadas, de acordo com a representação do autor, graças a um pacto de união entre os soldados e respaldadas pela providência divina, que não permitiria a continuidade da dominação estrangeira em uma terra destinada por Deus a ser livre.

Referências Bibliográficas

Alessandro Manzoni. [s.d.] Disponível em: <<https://www.treccani.it/enciclopedia/alessandro-manzoni/>>. Acesso em: 29 set. 2022;

Austriaci in Italia - La Reazione - Le Condanne - Tempi Difficili per gli intellettuali. [s.d.] Disponível em: <<https://www.storiologia.it/apricrono/storia/a1821d.htm>>. Acesso em: 29 set. 2022;

CARDOSO, Zélia de Almeida. A Representação da Realidade na Obra Literária. **Revista Língua e Literatura**, 1985, v.14, p. 161-167, DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5963.lilit.1985.113970>;

Carlo Alberto. [s.d.] Disponível em: <<https://www.150anni.it/webi/index.php?s=22&wid=114>>. Acesso em: 29 set. 2022;

Carlo Alberto. [s.d.] Disponível em: <<https://www.treccani.it/enciclopedia/carlo-alberto-re-di-sardegna/>>. Acesso em: 29 set. 2022;

Carlo Felice - Carlo Alberto in Spagna. [s.d.] Disponível em: <<https://www.storiologia.it/apricrono/storia/a1822e.htm>>. Acesso em: 29 set. 2022;

Congresso di Verona - Francesco IV - Proclami per altri Stati. [s.d.] Disponível em: <<https://www.storiologia.it/apricrono/storia/a1822b.htm>>. Acesso em: 29 set. 2022;

CORCIULO, Maria Sofia. **Costituzionalismo 1820-1821**. Disponível em: <<https://www.bibliotecaliberale.it/glossario/c/costituzionalismo-1820-21/>> Acesso em: 29 set. 2022;

DUGGAN, Christopher. **História Concisa da Itália**. São Paulo: Edipro, 2016;

Federazione Italiana. [s.d.]. Disponível em: <[https://www.treccani.it/enciclopedia/federazione-italiana_%28Dizionario-di-Storia%29/#:~:text=Societ%C3%A0%20segreta%20diffusa%20nell'Italia,anni%20dell'et%C3%A0%20della%20Restaurazione](https://www.treccani.it/enciclopedia/federazione-italiana_%28Dizionario-di-Storia%29/#:~:text=Societ%C3%A0%20segreta%20diffusa%20nell'Italia,anni%20dell'et%C3%A0%20della%20Restaurazione>)>. Acesso em: 29 set. 2022;

FRANCESCO, Antonino De. Albori del Risorgimento. Manzoni e Teodoro Koerner. In: **Atti Del Convegno Manzoni e l'Unità d'Italia**: Cormano, 2010;

FRIGERIO, Alessandro. **La Rivoluzione Piemontese: Carlo Alberto giura (!) poi spergiura (!)**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.storiologia.it/apricrono/storia/a1821c.htm>>. Acesso em: 29 set. 2022;

GENTILE, Pierangelo. Haced como los españoles: los movimientos de 1821 en Piamonte y el origen del constitucionalismo. **Revista Historia y Política**, 2021, v.45, p.23-51;

GHIRARDI, Pedro Garcez. As Linhas Tortas da Providência no Romance de Manzoni. **Revista Estudos Avançados**, 20(58), 2006, p.211-226;

Gli storici funzionari nel Piemonte sabauda. [s.d.]. Disponível em: <http://archivio.torinoscienza.it/accademia/dossier/gli_storici_funzionari_nel_piemonte_e_sabauda_3660.html>. Acesso em: 29 set. 2022;

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977;

La rivoluzione del 1821 in Piemonte. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.150anni.it/webi/index.php?s=21&wid=1004>>. Acesso em: 29 set. 2022;

La Rivoluzione Piemontese. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.storiologia.it/apricrono/storia/a1821b.htm>>. Acesso em: 29 set. 2022;

Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni

LANGELLA, Giuseppe. Dal “Proclama di Rimini” al “Marzo 1821”: Manzoni e la costruzione dell'unità nazionale. In: **Atti del Convegno Manzoni e l'Unità d'Italia**: Cormano, 2010;

LESKI, Ivan. **Romantismo e História nas páginas de Il Conciliatore: Uma investigação sobre as origens do Romantismo na Itália** (tese de doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017, 183f;

MANZONI, Alessandro. **Marzo 1821**. [s.d]. Disponível em: <<https://online.scuola.zanichelli.it/letterautori-files/volume-2/pdf-online/24-manzoni.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2022;

MANZONI, Alessandro. Marzo 1821. In: BACCHELLI, Riccardo. **Inni Sacri e Odi. Ricciardi**: Milano-Napoli, 1973. Disponível em: <http://www.letteraturaitaliana.net/pdf/Volume_8/t340.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022;

NARCISO, Luiz Felipe. I Moti del 1820 in Italia: 200 anos dos movimentos revolucionários de 1820 na Península Itálica. **Revista Historiador**, 2021, n.14, p.163-182;

PARISI, Luciano. Il Tema della Provvidenza in Manzoni. **MLN**, Vol.114, N°. 1, Italian Issue, (Jan., 1999), p.83-105. Disponível em: <<https://ore.exeter.ac.uk/repository/bitstream/handle/10036/32012/temadellaprovidenza.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 jul. 2023;

PRIDA, Gonzalo. La inspiración española de la revolución piemontesa de 1821. **Revista Historia Constitucional**, 2012, n.13, p.73-97;

Regno di Sardegna. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.150anni.it/webi/index.php?s=35&wid=85>>. Acesso em: 29 set. 2022;

ROSA, Francesca De. Il Nonimestre Costituzionale. **Revista Aequitas**, 2014, v.4, ISSN:2174-9493, p.283-302;

Santorre di Santarosa. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.150anni.it/webi/index.php?s=23&wid=362>>. Acesso em: 29 set. 2022;

Santorre di Santarosa. [s.d.]. Disponível em: <https://www.treccani.it/enciclopedia/filippo-annibale-santorre-de-rossi-conte-di-sant-arosa_%28Dizionario-Biografico%29/>. Acesso em: 29 set. 2022;

Sicilia, la Costituzione (inglese) - La Sardegna. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.storiologia.it/apricrono/storia/a1806b.htm>>. Acesso em: 29 set. 2022;

SQUAROTTI, Giorgio Bárberi; GENGHINI, Giordano. **Autori e Opere della Letteratura:** Volume 2: Dal Seicento All'et à Del Romanticismo. Bergamo: Atlas, 2011;

TALAMO, Giuseppe. Società Segrete e gruppi politici liberali e democratici sino al 1848. In: LEVRA, Umberto. **Storia Di Torino (volume VI):** La città nel Risorgimento (1798-1864). Torino: Giulio Einaudi, 2000;

WILLIAMS, Raymond. A Fração Bloomsbury. Tradução de Rubens de Oliveira Martins e Marta Cavalcante de Barros. **Plural;** Sociologia, USP, S. Paulo, 6: 139-168, 1 sem. 1999.